

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotomaior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 64.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 9 de Maio de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretária pelos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli. Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Belinati, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 523-67, Mensagem n. 1-76 da Câmara Municipal de Umuarama, solicitando desta Assembléia Legislativa, autorização para realização de Plebiscito, no sentido de anexação do Distrito de Salinho do Oeste ao Município de Umuarama. Parecer da C.C.J. pelo **ARQUIVAMENTO**. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 162-70.
Levanta-se a sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 65.ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de Maio de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretaria pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli. Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Belinati, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.os 91 e 93-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.os:

63-72: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que visa autorizar o Poder executivo a isentar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, do pagamento da taxa de utilização do "Ferry Boat", que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo cujo proprietário seja professor lotado em estabelecimento de ensino público e quando em trânsito do ou para o local de trabalho. — A C.C.J.

8-72: Do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), à Senhora Octacília de Andrade Belich, genitora do ex-deputado Olivio Belich. — A C.C.J.

Sob o n. 000183, do Senhor Gabriel Freceiro de Miranda, comunicando que em data de 1.º do corrente, foi fundado pela Vara de Menores da Comarca de Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, o primeiro Centro Recreativo e Educacional de Menores. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Ministros do Interior e do Planejamento, solicitando que ao se

processar a reestruturação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento — D.N.O.S., seja mantida, no Estado do Paraná, uma Diretoria Executiva Regional do órgão e que sejam carreados recursos à representação do DNOS no Paraná a fim de acelerar e desenvolver a programação de dragagem e de defesa contra erosão e inundações, obras do mais alto significado não só para Curitiba como para Municípios do interior paranaense.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, é um organismo do Ministério do Interior, com jurisdição em todo o território brasileiro e que tem por atribuições o saneamento rural, o saneamento urbano, obras de finalidade múltiplas e saneamento básico.

Atualmente, contra o DNOS com 15 Distritos, sendo o 13.º Distrito Federal de Obras e Saneamento — DFOS, sediado em Curitiba.

O 13.º D.F.O.S., somando os esforços de seus funcionários, corpo técnico e dirigentes, vem realizando, dentro de suas possibilidades, fiscalizações e obras de dragagem, defesa contra erosão e inundações, abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários, beneficiando Curitiba e Municípios do Estado.

Recentemente, entretanto, notícias veiculadas pela imprensa afirmam que com a reestruturação do DNOS, em fase de estudos, os 15 Distritos seriam transformados em 12 de Diretorias Executivas Regionais, estando o Paraná ameaçado de não contar em seu território com uma das Diretorias. Argumentam, as citações da imprensa, que as perspectivas são favoráveis à manutenção de uma Diretoria para o Paraná "desde que alguns planos especiais se despontam como possíveis e prováveis de serem instituídos para uma versão maior dentro do Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Paraná".

Entendemos, entretanto, já haver no campo do DNOS, em nosso Estado, ponderáveis trabalhos a serem realizados. Bastaria citar entre esses trabalhos, obras de dragagens de cursos de água; obras de combate a erosão no Noroeste Paranaense e obras de canalização do rio Juveve e estudos e obras de canalização do rio Belém em Curitiba.

Esses trabalhos pelo seu alto alcance justificam plenamente maiores investimentos do DNOS, como vem ocorrendo em outros Estados da Federação, e o estabelecimento de uma Diretoria Executiva no Estado do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, réquer o encaminhamento de vemente apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado, no sentido de determinar a cessão de próprio do Estado, atualmente sem aproveitamento, como o imóvel onde está instalada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a própria Secretaria de Educação e Cultura, o Tribunal de Contas do Estado ou outra edificação qualquer, para futura instalação da Escola Normal "Professor João Macedo Filho", atualmente funcionando em precaríssimas instalações, à rua Des. Clotário Portugal.

A solicitação encontra ampla justificativa no conhecimento de que o referido imóvel se encontra infestado de ratas e ratas. Além de apresentar aspecto deprimente e incompatíveis condições para o fim a que vem sendo destinado.

Vivamente preocupado com os riscos à saúde de mestras e discípulas o signatário, através deste Requerimento, procura tão somente colaborar com a administração pública, na solução de problemas relevantes que reclamam imediatas soluções.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja enviado telegrama ao Senhor Secretário da Agricultura, Nelson Ferreira Brandão e Senhor Edvino Noronha, nos seguintes termos:

"Assembléia Legislativa do Paraná vg congratula-se Vossência pela escolha para ocupar o Cargo de Presidente da Cafê do Paraná vg do nome do Senhor Edvino Noronha vg o qual contribuirá com sua larga experiência e capacidade de trabalho em tão importante órgão da administração estadual pt"

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso e gozo de suas atribuições, Considerando que o Sr. Dr. Edwaldo Labatut é figura de destacada no magistério do Estado do Paraná;

Considerando que, na qualidade de Diretor-Presidente, teve longa e profícua gestão na FUNDEPAR, ação essa sentida em todo o interior do Estado, com reais e notáveis benefícios para as respectivas populações;

Considerando que seus méritos e seus conhecimentos técnicos vêm de ser reconhecidos e aproveitados pelo atual Governo do Estado ao ser conduzido agora ao cargo de Superintendente do Ensino, com atribuições importantíssimas nos setores do Ensino Médio e Superior;

Considerando que a sua posse na Superintendência do Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura, ocorreu, em data de ontem, perante altas autoridades Cíveis e Militares e que já está pondo em execução vasto e eficiente programa no sentido da atualização e da dinamização dos estabelecimentos subordinados ao referido órgão.

Propõe:

Seja considerado, na Ata da Sessão de hoje, um voto de regozijo pela posse do Sr. Dr. Edwaldo Labatut, no elevado cargo de Superintendente do Ensino no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

(a) Francisco Escorsin

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Casa,

Requer:

1.º — Seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Saúde Pública, solicitando informar, com a máxima brevidade possível, o seguinte:

I — Se os Municípios de Jaguariaíva, Arapoti, Balsa Nova, Campo do Tenente, Lapa, Piraquara, São Mateus do Sul, Paula Freitas e Guaratuba, integrantes das áreas prioritárias constantes do Convênio celebrado entre a Central de Medicamentos, órgãos da Presidência da República, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, vêm recebendo normalmente os medicamentos e produtos imunológicos para assistência às populações de baixo aquisitivo dos mesmos.

II — Se a implantação do sistema distribuidor dos medicamentos e produtos imunológicos, necessários à execução daquele convênio importou em investimentos por parte da Secretaria de Saúde Pública, qual foi o montante despendido e sob que rubrica orçamentária foi o mesmo lançado.

2.º — Seja, desta decisão encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O Convênio entre o Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME — Órgão da Presidência da República, foi celebrado em data de 26 de outubro de 1972, e objetiva incrementar a assistência farmacêutica gratuita em Municípios do Estado, integrantes de áreas prioritárias, que especifica.

Em vigência desde a data de sua assinatura e homologação, e até o momento, não obstante, os Municípios de Jaguariaíva, Arapoti, Balsa Nova, Campo Tenente, Lapa, Piraquara, São Mateus do Sul, Paula Freitas e Guaratuba, que integram aquela relação de Municípios prioritários, não foram beneficiados com a distribuição de medicamentos e produtos imunológicos para atendimento de suas populações de baixo poder aquisitivo, o que faz com que tenhamos justo receio de que os critérios adotados pela Secretaria de Saúde Pública para aqueles fornecimentos estejam um tanto afastados da realidade sócio-econômica daquelas unidades Municipais, porquanto, tivemos notícias de que outras cidades em melhores condições infra-estruturais de atendimentos às massas necessitadas estão sendo aquirhoadas largamente com recursos para assistência medicamentosa gratuita oriundos do Convênio. Assim, por exemplo, o Município de Ponta Grossa, que não está incluído na relação nominal dos Municípios prioritários, segundo notícias veiculadas pela imprensa da Capital, está sendo beneficiado com aqueles fornecimentos.

Dai porque, entendemos oportuna a presente indagação ao Senhor Secretário da Saúde Pública, pois sempre demos relevância às finalidades do Convênio citado e não concordamos sejam as mesmas desvirtuadas, certamente sem conhecimento do ilustre Titular daquela Secretaria de Estado.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com o expedido acima e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de que aquela autoridade inclua, no programa de obras no setor de telecomunicações, referente ao triênio 73-75, o Município de União da Vitória.

O programa da Telepar, atualmente compreende 104 frentes de trabalho, no setor de telefonia urbana.

Incluimos neste Requerimento, cópia do ofício n. 437, de 24 de maio de 1971, assinado pelo então Presidente da Telepar, Senhor Plínio Franco Ferreira da Costa, no qual aquela autoridade enviava informações ao Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, dando conta de que a companhia já havia adquirido equipamentos para uma central telefônica (900 linhas) para o citado Município.

Informava ainda o ex-diretor da Telepar que tal sistema entraria em fase operacional em meados do corrente ano.

Até agora a promessa ficou no papel e quando vemos 104 novos Municípios sendo incluídos na agenda de trabalho da Telepar e neles observa-se a não inclusão de União da Vitória, não entendemos a razão do fato.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

(a) Domicílio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Todos nós somos representantes do povo. Não importa a facção do povo que representamos. Pode pertencer a qualquer credo religioso. Todos os credos, no caso, descarnam juntos à sombra da nossa querida Bandeira. E se isto é verdade, fundamenta-se claramente o pedido que apresento aos prezados colegas. Todos, por unanimidade, sentirão o problema que no momento aflige o povo de Curitiba. E o problema é religioso e católico. Mesmo assim, qualquer curitibano e de qualquer credo religioso espera pelo nosso pronunciamento. Trata-se de um monumento histórico e nestas contingências o assunto é de interesse geral. O Canal 4, dias atrás, conclamava o povo de Curitiba a ver pela última vez o altar mór da Catedral Metropolitana, que está para ser demolido e substituído por uma Mesa de mármore. Senhores Deputados. Este altar é trabalho, é suor de nossos antepassados. Seria imperdoável para nós, Deputados, silenciarmos a respeito. Não podemos apresentar documentos reais a respeito, mas se o Canal 4 frisou o problema e se pelas ruas da cidade o assunto é este, sinal de que o ditado se confirma: Onde há fumaça há fogo. Representando, portanto, cada um de nós, um eleitorado. Justo que, todos unidos, dirijamos ao máximo mandatário da Igreja do Paraná, Arcebispo D. Pedro Fedalto, um apelo que lhe mostre a indignação do povo de Curitiba pela pretensão em se demolir o monumento que contém em si a padroeira da cidade de Curitiba. Não podemos concordar que se destrua o trono de Nossa Senhora da Luz, padroeira da Capital Sorriso. Ninguém concordaria com esta destruição.

Faço ao exposto, requeiro, na forma regimental, que esta Casa, se dirija, através de expediente próprio, ao Exmo. Sr. Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, apelando a Sua Excelência no sentido de que não se concretize o que ora se pretende, isto é a demolição do altar mór de nossa Catedral Metropolitana, para que o povo de Curitiba saiba, no futuro, que os Deputados do Paraná tudo fizeram para garantir de pé o trono da Padroeira de Curitiba.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Fabiano Braga Côrtes

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 83-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Bem Estar do Tuberculoso (ABET), com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de Utilidade Pública, desde 1967, vem prestando desinteressadamente os mais relevantes serviços de ordem social à população de Londrina, por meio de um efetivo atendimento aos portadores de tuberculose desprovidos de recursos. Além disto volta as suas atividades também para o campo preventivo, protegendo aos familiares de doentes, assim como disseminando entre o povo os meios de se evitar a terrível doença. Sua Diretoria não percebe remuneração e a Associação já foi declarada de utilidade pública por Lei Municipal, cuja cópia anexamos, bem como dos Estatutos da Entidade. Contamos com o apoio de nossos Pares para esta Proposição.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a posse dos três novos Secretários de Educação, da Agricultura e dos Transportes, verifica-se uma preocupação na indicação dos auxiliares imediatos, para que as Secretarias, com seus novos titulares, possam ter aquele trabalho, aquele desenvolvimento necessário dentro do Estado.

Há poucos instantes ouvimos o Sr. 1.º Secretário ler um requerimento congratulando-se com a indicação, para a Superintendência do Ensino Superior, do professor Edwaldo Labatut, assim como também o Sr. Secretário de Educação já indicou para a Fundepar a professora Janete. Ambos professores capacitados para ocupar importantes órgãos no setor educacional do Estado.

Hoje, lemos na "Folha de Londrina", e com muita satisfação, de que o Sr. Secretário de Agricultura, Sr. Nelson Ferreira Brandão, convidou e foi aceito o convite, para ocupar a Presidência da Café do Paraná o Sr. Edvino Noronha. Artigo morador de Londrina, auxiliar gerente da Anderson Clayton por mais de 25 anos, conhecedor profundo do ramo e das atividades do setor que terá a responsabilidade de presidir, é com satisfação que tomamos conhecimento de sua vinda para a Presidência da Café do Paraná.

E não poderíamos deixar, nesta oportunidade, quando também foi feito ao setor educacional um elogio ao Sr. Secretário de Agricultura pelo convite que fez ao Sr. Edvino Noronha para que esteja à frente da Café do Paraná.

Também foi convidado, e Deus queira que aceite, para ocupar um importante cargo na administração, que é a Copasa, setor de armazenamento, o Sr. Carlos Alberto Licht que é um profundo conhecedor, um dos maiores conhecedores que temos conhecimento no setor de armazenamento e que teve a responsabilidade do armazenamento de todo o café do Paraná armazenado através do IBC.

Nosso primeiro requerimento, Sr. Presidente, é enviado ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Edvino Noronha nos congratulando pela sua indicação pelo Secretário à Presidência da Copasa.

Apresentamos, também, a pedido da Associação do Bem Estar dos Tuberculosos, com sede na cidade de Londrina, um projeto de lei que declara essa Associação de utilidade pública. É uma entidade que vem, desde 1967 conforme Estatutos que anexamos e já considerada de utilidade pública pela Lei Municipal n. 2.152, prestando serviços desinteressados e relevantes à população de Londrina e do Norte do Paraná, atendimento esse feito aos portadores de tuberculose desprovidos de recursos.

Aproveitamos, também, a oportunidade de apresentar aqui um requerimento solicitando à Comissão competente do Senado e da Câmara Federal, aos Senadores Accioly Filho, Carvalho Pinto e Wilson Braga, aos Deputados Herbert Levy, Olivir Gabardo que são componentes da Comissão que trata de Reforma do Estatuto do Trabalhador Rural, que atenda a solicitação que foi feita por duas entidades de classes, a primeira a Associação Paranaense dos Cafeicultores e a segunda Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Assim sendo, apresento o seguinte Requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja enviado telegrama aos Senhores Parlamentares componentes das Comissões do Senado e da Câmara Federal, encarregadas do estudo da reforma do Estatuto do Trabalhador Rural. Senadores, Accioly Filho, Carvalho Pinto; Wilson Braga e Deputados Herbert Levy e Olivir Gabardo, nos seguintes termos:

"Assembléia Legislativa Paraná vg atendendo apelos entidades de classe vg Associação Paranaense Cafeicultores e Federação Agricultura Estado do Paraná vg solicita vossas aprovações emendas oferecidas à reforma do estatuto do Trabalhador Rural vg referentes a precrição bial e a definição do trabalhador na categoria de efetivo e eventual vg podendo-se desta forma harmonizar e proporcionar melhor compreensão entre empregados e empregadores pt".

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Todos sabemos que estradas são importantes, quer sirvam uma região ou quer tenham dimensão estadual. Quero referir-me, neste instante, a BR-277 que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, tendo o seu traçado Spréa, Palmeira; Irati; Relógio e assim por diante. Essa Rodovia encurta em 62 km o trajeto entre Foz do Iguaçu e Curitiba; é um absurdo que ela esteja caminhando tão lentamente, sendo uma estrada de importância extraordinária para todo o Estado, principalmente nesta instante em que se abrem perspectivas para uma nova rodovia, ligando Assunção ao Porto de Santos mais do que nunca esta rodovia se impõe. Está pronto o trecho Spréa-Palmeira, está em vias de conclusão com três anos de construção o trecho Irati-Palmeira, restando

apenas a ligação de Irati a Relógio. O projeto de viabilidade encontrava-se paralisado no DER há vários meses e, agora se abriu uma nova esperança com a notícia de que o sr. Secretário dos Transportes, Coronel Cássio de Paula Freitas e o Sr. Diretor do DER, Sabino Vieira, estão providenciando o encaminhamento desse importante documento ao Ministério dos Transportes.

Esta estrada é construída com verbas internacionais e há necessidade de todos esses requisitos.

Quero, em nome da região de Irati, agradecer antecipadamente todas as providências que vierem a ser tomadas por Sua Excelência o Sr. Secretário, e por Sua Excelência o Diretor dos Transportes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao sr. Deputado Gabriel Manoel.

A mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do digníssimo Sr. Prefeito de Sabaudia.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente e srs. Deputados.

É com satisfação que assomamos à Tribuna para informar ao Paraná de um requerimento que o Deputado Agnaldo Pereira Lima e este Deputado que vos fala, receberam de Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

Srs. Deputados, em anexo ao presente, temos satisfação de encaminhar a V. Exas. cópias da Ordem de Serviço.

Este ofício, sr. Presidente e Srs. Deputados é dirigido aos Deputados Agnaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel; em anexo às Ordens de Serviço, um relatório das firmas que fizeram o serviço de engenharia, e também, srs. Deputados, estamos neste momento encaminhando um requerimento de agradecimento a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes e a sua equipe de trabalho, esta equipe que vem seguindo rigorosamente as orientações do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza a quem estão depositadas as esperanças de quase um milhão de almas, como bem disse o Presidente da Associação dos Municípios de Santo Antonio da Platina.

Queremos pois, neste momento, pedir vênica, sr. Presidente para ler o seguinte Requerimento: (Lê).

“Senhor Presidente:

Os Deputados que estes subscrevem no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

Requerem a inserção em Ata de um voto de agradecimento e louvor ao Excelentíssimo Senhor Coronel Cássio de Paula Freitas digníssimo Secretário do Estado dos Negócios dos Transportes, não só pelo dinamismo que vem imprimindo à Pasta que dirige, como também pela fase auspiciosa de real consideração aos representantes do povo com assento neste Poder Legislativo.

O presente Requerimento é oportuno, diante das evidências que estão a demonstrar uma transformação no relacionamento entre Poderes Constituídos, reacendendo esperanças de um presente de trabalho irmanado em favor do engrandecimento do Paraná e concretização dos justos anseios populares, entre os quais merece destaque a pavimentação da BR-153, ligando Santo Antonio da Platina e Ibatí, cujo projeto final de engenharia, conforme comunicação testemunhadora do prestígio que o ilustre Secretário tributou aos Parlamentares paranaenses (fotocópias inclusa) está sendo encaminhado ao DNER, com recomendação de urgência e prioridade.

Muito embora acostumado com as atitudes lhanas do ilustrado militar, o signatário, realmente sensibilizado, aproveita para destacar a iniciativa secretarial com verdadeiro exemplo de consideração pessoal e a todos os demais colegas além de traduzir disposição de bem informar o povo do Paraná, a respeito das reivindicações relacionadas com a Pasta que dirige.

Aprovado o Requerimento, solicita o autor seja encaminhada comunicação oficial da Casa ao nominado, com cópia do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1973.

aa) Gabriel Manoel e Agnaldo Pereira Lima”.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero congratular-me com V. Exa. porque realmente há muitos anos, V. Exa. juntamente com o Deputado Agnaldo Pereira Lima que também subscreveu este requerimento, tem lutado para a concretização desta rodovia, do asfaltamento desta rodovia que liga Santo Antonio da Platina e Ibatí. Na verdade, que de há muito já, o Estado deveria ter levantado esta obra. Não foram poucas as promessas de diversos dirigentes paranaenses com relação à concretização desta importante obra. Finalmente agora, esperamos em termos de realidade, bem como se torne realidade em pouco tempo também, o asfaltamento da rodovia Jaguariava-Santo Antonio da Platina, outro progresso do Norte pioneiro tão bem representado nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a colaboração de V. Exa. porque esta obra não concerne a um só deputado, mas a toda a Casa. Porque como disse o Sr. Presidente dos Municípios de St. Antonio da Platina, são um milhão de almas sofridas que querem ver esta obra concluída. Há poucos dias, juntamente com o nobre Deputado Borsari Neto, em St. Antonio da Platina, quando em companhia do S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes somente para esclarecer a V. Exa. foi levantado o assunto sobre esta importante obra que liga Jaguariava a St. Antonio da Platina, já defendida nesta Casa também, pelo nobre Deputado João Fadel, que luta pela concretização desta obra.

Também para esclarecimentos quero dizer a V. Exa. que estamos lutando pela abertura da estrada que liga Lisimaco da Costa a Wenceslau Braz. Uma estrada, cujo projeto, houve por bem, tirar aquele ramal da Rede.

Então já se acha também em conclusão o Plano de Engenharia para a concretização dessa obra necessária ao Norte Pioneiro. E também a estrada que liga Bandeirantes a Ribeirão do Pinhal acha-se também bem adiantada em seu projeto. E pedimos, que em nome do povo do Norte pioneiro e humilde, que venha sempre unindo-se a este povo bom do Paraná, trazendo esses esclarecimentos e solicitar sempre que for necessário, melhorias, que temos certeza que o Governo Parigot de Souza acolherá pedidos do MDB e da ARENA e de todo o povo; porque o Professor Parigot de Souza é Governador de todo o Paraná.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Gabriel Manoel pedi esse aparte a V. Exa. apenas para, como seu companheiro de Bancada arenista congratular-me pelo seu pronunciamento e com o esforço que V. Exa. faz como representante do povo,

para carrear para a sua região, os benefícios que seu povo pretende e que tem direito. Sua atuação como deputado nesta Casa é das mais relevantes e o pronunciamento que V. Exa. faz hoje marca uma nova atividade de V. Exa. como homem agora de Tribuna, levando ao conhecimento da Casa, os benefícios que o Governo pretende e está levando a sua região.

Minhas congratulações a V. Exa. e ao povo da sua região, pelo Deputado que tem na sua pessoa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero agradecer ao querido líder arenista, Deputado Cândido Martins pelo apoio que me dá; sou deputado que raramente ocupa a Tribuna mas mesmo assim, dentro da origem de nossa modestia, queremos agradecer ao Deputado que tão bem representa a região do Sudoeste que esperamos ser beneficiada por este magnífico governo.

Agradeço também ao ex-Governador Paulo Pimentel, pela Ponta Grossa-Itararé, que está servindo e esperamos ver concluída a BR-1, hoje chamada pelo povo Norte pioneiro, como Estrada Professor Parigot de Souza.

Haveremos de convidar V. Exa. e toda a Bancada do MDB para conosco cortar a fita de inauguração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito sr. Deputado Francisco Borsari Neto, no Grande Expediente.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Notícias veiculadas recentemente na imprensa de nossa Capital asseveram que com a reestruturação do DNOS, em fase de estudos, estaria o nosso Estado na contingência de perder a representação do Órgão.

O DNOS é um organismo do Ministério do Interior, com Jurisdição em todo o território brasileiro e que tem por atribuições o saneamento rural, o saneamento urbano, obras de finalidades múltiplas e saneamento básico. Presentemente o DNOS conta com 15 Distritos, sendo o 13.º Distrito Federal de Obras de Saneamento sediado em Curitiba.

O 13.º D.F.O.S. somando os esforços de seus funcionários, corpo técnico e dirigentes, vem realizando dentro de suas possibilidades diretamente ou mediante convênios, importantes estudos, fiscalizações e obras de dragagem defesa contra erosão e inundações abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários beneficiando Curitiba e Municípios do Estado.

Com a reestruturação do DNOS, os 15 Distritos Federais seriam transformados em 12 Diretorias Executivas Regionais, correndo o Paraná o risco de perder o seu Distrito e, segundo as notícias da imprensa, isto por não ser no Estado intensa a ação do Órgão, havendo entretanto, perspectivas favoráveis à manutenção de uma Diretoria Executiva Regional para o Paraná “desde que alguns planos especiais se desportem como possíveis e prováveis de serem instituídos para uma inversão maior dentro do Departamento Nacional de Obras de Saneamento no Paraná”.

Entendemos, entretanto, já haver no campo do DNOS, em nosso Estado ponderáveis trabalhos a serem realizados. Bastaria citar entre esses trabalhos obras de dragagens de cursos d’água; obras de combate à erosão no Nordeste paranaense e obras de canalização do rio Juvevê e estudos e obras de canalização do Rio Belém, em Curitiba.

Sabemos que o programa atual do Órgão já considera, entre outros, como imprescindíveis, os seguintes trabalhos:

a) continuação dos serviços de dragagem em cursos de água nos Municípios de Paranaguá, Matinhos, Irati, Uraí, Curitiba, Contenda, São José dos Pinhais; Araucária e Quatro Barras.

b) obras de defesa contra erosão e inundações, representadas pela continuidade das obras de galerias do rio Juvevê, em Curitiba; conclusão do projeto e início da galeria do rio Belém, também em Curitiba; continuidade de fiscalização dos projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água, como órgão técnico do BNH;

c) conclusão do projeto e execução das obras para o controle da erosão no Noroeste do Paraná.

Esses trabalhos, pelo seu alto alcance, justifica, plenamente maiores inversões do DNOS como vem ocorrendo em outros Estados da Federação e o estabelecimento de uma Diretoria Executiva no Estado do Paraná”.

Ainda ontem, o jornal “Folha de Londrina” noticiava a participação do sr. Diretor do DNOS, em Mato Grosso, onde serão firmados convênios que carrearão recursos para aquela região.

Assim entendo, Sr. Presidente, srs. Deputados, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o Plenário sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Ministros do Interior e do Planejamento, solicitando que ao se processar a reestruturação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, — seja mantida, no Estado do Paraná, uma Diretoria Executiva Regional do Órgão e que sejam carreados recursos a representação de dragagem e de defesa contra a erosão e inundações, obras do mais alto significado não só para Curitiba, como para os Municípios do interior paranaense”.

Era esse, Sr. Presidente, o requerimento que desejava justificar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com satisfação esta Presidência registra a presença em Plenário do digníssimo Prefeito de Palmeira, bem como do sr. José Riker, representante geral para a América Latina, dos Gideões Internacionais, que se encontra acompanhado do sr. François Camps gerente da Anderson Clayton e do Vereador Ezequias Losso.

Os ilustres visitantes serão saudados pelo Nobre Deputado Igo Losso.

O SR. IGO IWANT LOSSO — Sr. Presidente srs. Deputados

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está hoje engalanada, com a presença dos ilustres visitantes, já anunciados pelo Exmo. Sr. Presidente desta Casa, e de modo especial do sr. José Riker, representante Geral para a América Latina dos Gideões Internacionais.

Nosso ilustre visitante chegou a Capital em data de ontem, e durante a noite foi alvo de uma singela homenagem por parte dos Gideões Internacionais do Campo de Curitiba.

Efetivamente, os Gideões Internacionais, têm acima de tudo a bandeira de levar, de difundir de apregoar os sagrados princípios deixados por Nosso Senhor Jesus Cristo, através das Escrituras Sagradas.

Ainda recentemente esta Casa teve a oportunidade de receber através do Gideões Internacional, gratuitamente, exemplares do Novo Testamento. Os Gideões Internacionais são representados por um grupo de homens de negócio, profissionais liberais que dão parte de seu tempo, de seus recursos, para fazer com que toda humanidade conheça esses princípios de

paz, de concórdia, de respeito a Deus ao próximo e às autoridades constituidas.

Presentemente os Gideões Internacionais estão atuando em 96 países, com um total de cerca de 40 mil pessoas, que se dedicam a esse mister.

Aqui no Brasil, há um grupo de 600 pessoas. O trabalho tem sido realizado de um modo especial junto aos órgãos públicos, junto aos quartéis, aos hospitais aos hotéis, presídios; neste último onde tanto se faz necessária a regeneração do homem que para ali vai e às vezes fica sem seu isolamento. Esse trabalho tem sido realizado junto às Forças Armadas na conscientização que se fez necessária, da grande responsabilidade que os cerca, no que diz respeito a segurança global e coletiva. Os Gideões Internacionais distribuíram cerca de 115 milhões de exemplares até a presente data em todos esses países. Em cada 30 dias, novos mil exemplares são distribuídos e disseminados.

Além desses locais, também nas escolas são distribuídos novos testamentos aos estudantes de todos os níveis, tanto médio como superior, pois é lá que há a formação de novos líderes que haverão de dirigir os destinos da Pátria e do mundo do futuro.

Assim é que, a visita do sr. José Riker a nossa Capital, tem por objetivo não só o sentido de confraternização, mas o sentido de dinamização de ampliação do campo para que o Estado do Paraná seja atingido em todas as suas camadas, em todas as suas esferas e limites, para que o povo, lendo aqueles preceitos sagrados que foram deixados pelo grande Mestre da humanidade para que lendo esses princípios bíblicos que se constituem naqueles elementos primordiais para a formação do verdadeiro cristianismo, todos, homens e mulheres, se conscientizem da grande necessidade que temos de um trabalho conjunto para a construção dos caracteres futuros.

Em nome da Assembléia Legislativa com satisfação, apresentamos nossos mais efusivos cumprimentos e saudações ao ilustre visitante que se faz acompanhar do sr. François Camps, Gerente da Anderson Clayton e do Vereador Ezequias Losso. Presidente dos Gideões do campo de Curitiba, e dizer orgulhosamente que também fazemos parte dessa Associação onde temos procurado fazer o melhor possível no sentido de que a Bíblia, como o livro da comunidade cristã, seja colocado em cada lar. Este é um princípio que se esboça no coração de todos aqueles que querem realmente a felicidade e a reforma interior daqueles que ainda não a possuem.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quando V. Exa. com muita propriedade, num momento que é de meditação, no mundo, fala que a Bíblia deve estar em cada lar.

Quero, neste instante, louvar um movimento que se tem verificado nos Hotéis do Brasil. Em viagens que tenho feito pelo Nordeste e pelos Estados do Sul, tenho verificado que em todos os quartos de Hotéis encontram-se uma Bíblia. A pessoa que à noite custa a conciliar o sono e tem a oportunidade de fazer uma leitura sadia e é, justamente, naquele momento que está viajando que tem mais tempo para dedicar-se a essa leitura. Acho que este movimento tem grande valia e louvo aqui essa iniciativa de propiciar ao viajante a oportunidade de ler a Bíblia.

O sr. IGO LOSSO — Quero agradecer o aparte do nobre Deputado e informá-lo que esse trabalho é exatamente um dos trabalhos realizados pelos Gideões Internacionais.

Nos Estados Unidos há até um dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de que em cada quarto, em cada aposento, de hotel, haja um exemplar da Bíblia. Aqui em nosso País ainda não há este sentido de obrigatoriedade. Sabemos no entanto, dos efeitos benéficos que isto tem trazido a cada homem, a cada coração que às vezes se encontra na perplexidade, na angústia e no isolamento.

Nos Estados Unidos há dados concretos e positivos de que tem havido uma diminuição considerável de suicídios, tendo em vista a realização desse trabalho.

Portanto, é um trabalho de grande envergadura. Esperamos que muito brevemente os Cidadãos estejam de volta à Casa, inclusive oferecendo aos Deputados que estão aqui pela primeira vez nesta Legislatura, exemplares de Novos Testamentos, como foi feito outrora por duas vezes.

Além deste que fala a Vs. Exas. o Deputado Olavo Ferreira também faz parte dos Cidadãos Internacionais.

Concluindo esperamos que cada um, que cada representante do povo que neste instante me ouve, seja um incansável difusor destes magníficos princípios porque é somente através do entendimento, da comunhão espiritual deste sentido magnífico traduzido pela vida do grande Mestre Jesus, é que conseguiremos nos realizar, é que teremos a paz íntima, a paz social e o progresso que verdadeiramente tanto necessitamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita do apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.º Discussão — do Projeto de Lei n.º 100-72, de autoria dos Deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Netto e Luiz Roberto Soares, que institui a nova "Lei Orgânica dos Municípios". Parecer e Substitutivo Geral da Comissão Especial. Emendas de Plenário com Parecer da Comissão Especial.

Primeiramente colocaremos em discussão as Emendas, uma a uma, das quais já foram aprovadas em 2.ª Discussão:

O SR. PRESIDENTE — Emenda n.º 1, REJEITADA em 1.ª e 2.ª Discussão;

Emenda n.º 2; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 3; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 4; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 5; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 6; e Sub-Emenda; em discussão, em votação. APROVADA.

EMENDA n.º 7; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 8; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 9; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 10; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 11; REJEITADA em 2.ª discussão.

Emenda n.º 12; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 13; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 14; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 15; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 16; REJEITADA em 2.ª Discussão.

Emenda n.º 17; REJEITADA em 2.ª Discussão.

Emenda n.º 18; REJEITADA em 2.ª Discussão.

Emenda n.º 19; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 20; em discussão, em votação. APROVADA.

Emenda n.º 21; REJEITADA em 2.ª Discussão.

Emenda n.º 22; em discussão, em votação. APROVADA.

Discussão do Substitutivo Geral da Comissão Especial; em votação. APROVADO.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 156-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", sede na cidade de Cascavel lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e CTIC.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, determina ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para comunicar V. Exa., que os Deputados Antonio Costa; Paulo Camargo; Sebastião Rodrigues Júnior; Erondy Silvério; Ivo Thomazoni e Ovidio Franzoni, encontram-se em reunião na Comissão de Constituição e Justiça. Era a comunicação que eu desejava fazer à Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que os Srs. Deputados referidos já foram avisados por esta Presidência.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados).

Responderam a chamada 29 srs. Deputados. Considerando a existência de número legal para a discussão da matéria, prosseguiremos com a discussão da mesma.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 156-72. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 39-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 165-71 de autoria do Dep. Wilson Brandão autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Vila Operário da Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 75-72 de autoria dos Deps. Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e COPTC. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 209-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa instituir a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES) com personalidade jurídica de direito público, sede e foro nesta Capital e finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, porque estou observando que a matéria está sendo aprovada sem o quorum necessário. Solicito, portanto a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 32 srs. Deputados.

Havendo número legal prosseguiremos com a discussão e consequente votação da matéria da Ordem do Dia.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 94-71, de autoria do Dep. Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 94-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal na sede do município de Lobato para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

22) Dep. Quilise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA

No município de Lobato existem 30 alunos que estão fazendo curso Normal em municípios vizinhos com os transtornos naturais que isso acarreta. E, neste ano, mais de 40 alunos irão concluir o curso ginásial, obrigando-se a procurar, como os primeiros, outros municípios a continuação de seus cursos. Por esta razão, submeto à apreciação dos meus Pares o presente plano de Lei, que espero ver aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 94-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva
SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Lobato, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimento de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região, e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratam do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.
Sala das Comissões, em
aa) — Muggiati Filho — Presidente; Candido M. M. de Oliveira — Relator

REJEITADO o parecer. Designo o Dep. Emílio Carazzai para relatar de acordo com o voto vencido.

Em 30 de junho de 1971.
aa) Muggiati Filho — Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 94-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal no Município de Lobato.

1. A medida, simplesmente autorizativa, merece amparo, pois não conflita com qualquer dispositivo quer de natureza legal ou constitucional.

2. Assim, opinamos pela sua aprovação.
Favorável, é o parecer
Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Emílio Carazzai — Relator
Cândido M. M. de Oliveira
Aguinaldo P. Lima
Arthur de Souza
Igo Lessio

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 94-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no município de Lobato.

PARECER

O caráter autorizatório que é emprestado pelo presente projeto de lei, que já veio devidamente articulado, não traz nenhuma implicação de ordem financeira. Razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer FAVORÁVEL.
Sala das Comissões, em outubro de 1971.
aa) — Leopoldo Jacomel — Presidente
Fuad Nacli — Relator
Santos Lima
Maurício Fruet

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 94-71

AUTOR: Dep. Quielise C. da Silva
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Lobato, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

Visa o presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Lobato, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Sobre o mesmo, já opinaram favoravelmente as Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Quanto ao mérito, que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que a

medida ora pleiteada é das mais justas e oportunas, dando condições ao Município mencionado à possibilidade de possuir uma Escola Normal.

Diante disso, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto.

E o parecer, Sala das Comissões, em
aa) — Antônio Lopes Junior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Olavo Ferreira

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-72, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816 de 2-3-72. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 135-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória, criada pela Lei Municipal n.º 816, de 2 de março de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972
aa) — Dep. Domicio Scaramella

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação dos Ilustres Pares é de grande relevância para o Município de União da Vitória, no que tange à educação, posto que com a estadualização da Universidade do Vale do Iguaçu, estar-se-á possibilitando aos seus filhos melhores e maiores condições de cultura, condizentes com a tradição daquela comuna e dignificando o seu nome na sociedade paranaense.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 135-72

AUTOR: Dep. Domicio Scaramella
SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná".

PARECER

1. No que se refere ao âmbito desta Comissão de Finanças e Orçamento, nada obsta que o Projeto de Lei em análise tenha seu trâmite normal.

2. Pela APROVAÇÃO.
É o parecer, S.M.J.
Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1972.
aa) — Fuad Nacli — Presidente
João C. Fadel — Relator
Jorge Sato
David Federmann

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 135-72

AUTOR: Dep. Domicio Scaramella
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, a estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu.

PARECER:

1. Quanto ao mérito, o Projeto em tela, é dos mais louváveis pois que visa conceder melhores condições a entidade educacional de nível superior, já criada pelo esforço municipal.

2. Pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.
Sala das Reuniões, em 9 de abril de 1973
aa) — Antonio Lopes Junior — Presidente
Olavo Ferreira — Relator
Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 63-72, encaminhando anteprojeto de lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no km. 156 da estrada do Cérne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM
N.º 63-72

Curitiba, 10 de novembro de 1972

PROJETO DE LEI N.º 211-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar ao Município de Pirai do Sul, mediante prévia avaliação, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m2 (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do km 156 da estrada do Cérne, lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, no referido Município.

O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa foi havido pelo Estado do Paraná conforme transcrição sob n.º 1089, de 19 de abril de 1950, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pirai do Sul e segundo informações prestadas pelos órgãos competentes a Administração, muito embora a aquisição tenha ocorrido há mais de vinte anos, não utilizou nem pretende utilizar tal imóvel, razão pela qual a bem formalizada, instruída e justificada solicitação formulada pelo Município de Pirai do Sul mereceu acolhimento na área do Poder Executivo.

Vale ressaltar, ainda, que conforme prevê o anexo anteprojeto de lei a alienação objetivada será precedida da necessária avaliação, bem como do preenchimento das demais formalidades legais aplicáveis.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação, alienar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m² (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do km 156 da Estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, adquirido conforme transcrição n.º 1089 à fls. 70, do Livro "3-A" do Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 211-72

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 63-72, que autoriza o Poder Executivo a alienar ao Município de Pirai do Sul, mediante prévia avaliação, imóvel de propriedade do Estado situado no quilômetro 156 da Estrada do Cerne, no lugar denominado "Estrada Velha" ou "Colônia do Pirai", naquele Município.

PARECER

I — Dos termos da Mensagem n.º 63-72, do Sr. Governador, deduz-se que a alienação objeto do presente Projeto é de interesse público. O imóvel a ser alienado, de propriedade do Estado há mais de 20 anos, nesse prazo não mereceu utilização, nem mesmo tem perspectiva de futura utilização, segundo informa a própria Mensagem.

Por outro lado, na sua solicitação o Município de Pirai do Sul instruiu e justificou satisfatoriamente o uso que dará ao imóvel, tanto que mereceu acolhimento na área do Executivo, o qual anuncia, também, o atendimento das demais formalidades legais aplicáveis.

II — Assim, entendemos que a Assembleia deve aproveitar-se da atribuição que lhe é conferida pelo Art. 21, VIII, "c", da Constituição do Estado, para autorizar a alienação pretendida.

III — É favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

aa) — Antônio F. Ferreira da Costa — Presidente
Erondy Silvério — Relator
Ivo Thomazoni
Ovidio Franzoni
Igo Lesso
Quielise Crisóstomo da Silva e
Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 211-72

AUTOR: Governo do Estado

SÚMULA: Mensagem n.º 63-72, encaminhando anteprojeto de Lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, imóvel de propriedade do Estado, situado no km. 156, da Estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia de Pirai, e dá outras providências.

PARECER

1.) Tratam estes autos de Projeto de Lei n.º 211/72, originado da Mensagem Governamental n.º 63-72, que solicita autorização da Assembleia Legislativa para o Poder Executivo alienar ao Município de Pirai do Sul, Pr., mediante prévia avaliação, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área global de 92.716,00 metros quadrados (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, sito na altura do quilômetro 156, da Estrada do Cerne, lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, daquele Município.

2.) Embora a Mensagem Governamental não esclareça qual a finalidade que será dada ao imóvel por parte do Município adquirente, nem fixe prazo para início de uso — se for o caso —, e, ainda, não esteja anexado à mesma o indispensável Laudo de Avaliação do imóvel, esta Comissão de Finanças não vê vulnerado nenhum permissivo legal que impeça a aprovação do projeto de lei em análise recomendando, no entanto, que o Poder Executivo em despacho saneador quando da subida para sanção na hipótese de aprovado por esta Colenda Assembleia Legislativa, haja por bem suprir as referidas falhas, nos Autos.

3.) Isto posto, somos pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1973

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente
João Fadel — Relator
Gilberto Carvalho
Wilson Fortes
Alvaro Dias

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 211-72

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 63-72 — autoriza o Poder Executivo a alienar ao Município de Pirai do Sul, mediante prévia avaliação, imóvel de propriedade do Estado situado no quilômetro 156 da Estrada do Cerne, no lugar denominado "Estrada Velha" ou "Colônia do Pirai", naquele Município.

PARECER

As Doutas Comissões que antecederam esta no exame do Projeto de Lei n.º 211-72 praticamente analisaram a matéria em todos os seus aspectos, inclusive aqueles que seriam da atribuição específica da Comissão de Terras.

Também nós-outros entendemos convincentes os termos da Mensagem, razão por que igualmente encaramos de forma favorável a alienação, em favor de Pirai do Sul, de um imóvel até agora inaproveitado pela administração estadual e ao qual, certamente, será dado bom e devido uso por aquela Municipalidade.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1973

aa) — Domicio Scaramella — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart
Marciano Baraniuk

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 16-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Sabáudia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de março de 1973

aa) Dep. José Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos em lei para atingir tal fim, ou seja, tem seus estatutos registrados no cartório das Pessoas Jurídicas competente; vem funcionando de forma efetiva há mais de 2 (dois) anos; presta serviços de utilidade pública à população da cidade já mencionada; e, finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, tudo conforme fica provado pelos documentos anexos.

Assim, pois, levamos o presente plano de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 16-73

PARECER

I — O ilustre Deputado Muggiati Filho, com o projeto em tela, pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia.

II — O projeto vem articulado e justificado como exige o Regimento Interno da Casa.

E, quanto ao seu aspecto legal e constitucional, nada existe que impeça a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

aa) — Antonio F. F. da Costa — Presidente
Quielise Crisóstomo da Silva — Relator
Ivo Thomazoni
Ovidio Franzoni
Erondy Silvério
Wilson Fortes
Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 16-73

AUTOR: Dep. José Muggiati Filho

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação, de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia.

PARECER

A presente iniciativa de lei de autoria do nobre deputado José Muggiati Filho, que objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia, é justa, legal e sem implicações de ordem financeira.

Nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente
Francisco Escorsini — Relator
Gilberto Carvalho
João C. Fadel
Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 22-73, encaminhando anteprojeto de lei, que altera artigo da lei que regula o FUNRESPOL. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 37-73

Art. 1.º — O art. 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido seu § 1.º:

"Art. 1.º — Fica criado o Fundo Especial de Reequipamento Policial "FUNRESPOL", com a finalidade de porver recursos para despesas de capital da Polícia Civil do Estado".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM

22-73

Curitiba, 21 de março de 1973

PROJETO DE LEI N.º 37-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970.

A supracitada lei n.º 6.102-70, é a que dispõe sobre a criação do Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL e a alteração de sua redação através do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois tal modificação virá ampliar sensivelmente a esfera de atendimento das verbas do FUNRESPOL que poderão ser também aplicadas em edificações, reformas e melhorias de prédios destinados à Cadeias Públicas e à instalações de Órgãos Policiais, mormente no interior do Estado, onde as necessidades desse tipo de atendimento tem sido mais intensas.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — JOÃO MANSUR — Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Capital.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 37-73

PARECER

O presente Projeto de Lei oriundo de Mensagem Governamental n.º 22-73, visa dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970, que dispõe sobre a criação do Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL.

O plano de lei ora proposto é legal e constitucional, nada havendo que impeça sua aprovação. Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em de abril de 1973

aa) — Paulo Camargo — Presidente

Antônio F. F. da Costa Filho — Relator

Erondy Silvério

Antônio Lopes Júnior

Igo Losso

Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 37-73

PARECER

I — Oriundo de Mensagem Governamental, o projeto em questão altera a redação da Lei n.º 6.102, criando o Fundo Especial de Reequipamento Policial "FUNRESPOL", com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Polícia Civil do Estado.

II — Do ponto de vista financeiro, que a esta Comissão cabe examinar, a proposição é perfeitamente viável, estando, portanto, em condições de ser aprovada.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

aa) — Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do Sr. Dr. Edwald Labatut, no cargo de Superintendente do Ensino no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar a cessão de próprio do Estado, atualmente sem aproveitamento, como o imóvel onde esteve instalada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a própria Secretaria de Educação e Cultura, cu outra edificação qualquer, para futura instalação da Escola Normal "Prof. João Macedo Filho", atualmente funcionando em precaríssimas instalações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimentos e louvor ao Sr. Coronel Cássio de Paula Freitas, Secretário dos Transportes, pelo dinamismo que vem imprimindo à Pasta que dirige, como também pela fase auspiciosa de real consideração aos representantes do povo com assento nesta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, no sentido de que não se concretize o que ora se pretende, a demolição do altar mór de nossa Catedral Metropolitana. — **Aprovado.**

Requerimento do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja incluída, no programa de obras no setor de telecomunicações, referente ao triênio 73-75, o Município de União da Vitória. — **Em discussão.**

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para dar conhecimento à Casa e particularmente ao Deputado Domicio Scaramella que ontem no Pequeno Expediente fez uso da palavra reclamando do Governo do Estado a inclusão do Município que representa, no plano trienal da Telepar, da expansão da rede telefônica.

Após o pronunciamento de S. Exa., tivemos oportunidade de entrar em contato com a Presidência da Telepar e fomos informados de que o Muni-

cípio de União da Vitória efetivamente se encontra no plano da Telepar e que se até a presente data não houve atendimento mais rápido à pretensão do Município nesse setor, deve-se ao fato de que as negociações entre a Telepar e a Cotesc não receberam até a presente data a devida chancela do Ministério das Telecomunicações, que é indispensável para que esse setor passe definitivamente à Telepar. Mas, há a certeza, mais absoluta, de que a rede já está comprada e será instalada em União da Vitória no primeiro trimestre de 74 e em 1.º de dezembro de 1973 será instalado o sistema de micro-ondas para o Município de União da Vitória.

A Telepar já está com a central comprada especialmente para o Município de União da Vitória. Portanto, o Requerimento do eminente Deputado Domicio Scaramella está devidamente esclarecido. Isto não significa que S. Exa. o veja aprovado para revindicar, como pedido da Casa, a sua pretensão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em Discussão.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com grande satisfação que ouvimos os esclarecimentos do ilustre líder do Governo nesta Casa, Deputado Cândido Martins de Oliveira.

Entretanto, não poderíamos deixar ontem de apresentar esse Requerimento porque encontramos na imprensa escrita do Estado do Paraná a informação de que S. Exa. o Sr. Governador havia autorizado o contrato para 104 cidades no que diz respeito a melhoria dos telefones e discagem direta.

Como tínhamos um documento datado de 1971 assinado pelo Presidente da Telepar, Plínio Franco Ferreira da Costa, de que União da Vitória também teria o seu sistema de telefones melhorado, estranhámos que S. Exa. o Sr. Governador não houvesse incluído o Município de União da Vitória.

Portanto, ficamos satisfeitos ao ouvir o pronunciamento do Líder do Governo. O nosso Requerimento é mais um alerta para que em menor prazo possível seja conseguida uma ligação, porque hoje leva três a quatro horas para se comunicar com a Capital do Estado. Já notamos que as torres do serviço de micro-ondas estão sendo colocadas, mas estranhámos que União da Vitória não tivesse sido incluído entre as 104 cidades.

Agradecemos os esclarecimentos prestados pelo Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama aos Srs. Parlamentares componentes das Comissões do Senado e da Câmara Federal, encarregadas do estudo da reforma do Estatuto do Trabalhador Rural, no sentido de que sejam aprovadas as Emendas oferecidas ao mesmo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Secretário da Agricultura, congratulando-se pela nomeação do Sr. Edvino Noronha, para a Presidência da Café do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Ministros do Interior e do Planejamento, no sentido de que ao se processar a reestruturação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — D.N.O.S., seja mantida, no Estado do Paraná, uma Diretoria Executiva Regional do Órgão e que sejam carreados recursos à representação deste no Paraná, a fim de acelerar e desenvolver a programação de dragagem e de defesa contra erosão e inundações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Saúde Pública. — **Aprovado.**

Esta Presidência tem a honra de convidar os Srs. Deputados, dentro do programa do Sesquicentenário da Instalação do Poder Legislativo no Brasil, para comparecerem amanhã, às 8,00 horas, para o hasteamento do Pavilhão Nacional e do Paraná, e à Missa Ecumênica, que será realizada às 8,30 horas na sede deste Poder Legislativo; ainda dentro da mesma programação são convidados os Srs. Deputados para a Sessão Solene que será realizada amanhã, às 15,00 horas, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 11, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 220-70, 241-70 e 272-70. Levanta-se a Sessão.